



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2204349 - MG (2025/0095994-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVOGADA : KELMA APARECIDA FARIA - MG196727
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
INTERES. : PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS
SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL -
"AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- "AMICUS CURIAE"

EMENTA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME ESPECIAL. PRETENSÃO OBSTADA POR SE TRATAR DE REEDUCANDA CONDENADA POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS AFIRMARAM A VEDAÇÃO DIANTE DO DISPOSTO NO ART. 112, § 3º, V, DA LEI N. 7.210/1984 (LEP). REQUISITOS CUMULATIVOS. MULHER GESTANTE OU MÃE DE CRIANÇAS OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUE NÃO TENHA INTEGRADO ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. DISPOSIÇÃO LEGAL ESPECÍFICA E CLARA QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA EM PREJUÍZO DO RÉU. MATÉRIA CONTROVERTIDA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA. INCISO V DO § 3º DO ART. 112 DA LEP. NORMA PENAL EM BRANCO. COMPLEMENTO NORMATIVO EXISTENTE. ART. 1º, § 1º, DA LEI N.

12.850/2013. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA *IN MALAM PARTEM*. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA TAXATIVIDADE E DO FAVOR REI.

1. A questão posta no presente apelo nobre cinge-se a definir se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) equipara-se ou não ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, da Lei n. 7.210/1984 destinada a apenada gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.

2. A redação do art. 112, § 3º, V, da LEP reflete aspecto até então não visível a todos: a literalidade do dispositivo não alcança o sentido dado pela interpretação conferida nos julgados que vedaram a progressão, configurando verdadeira interpretação extensiva do texto legal.

3. A previsão de "não ter integrado organização criminosa" não implica expressão genérica abrangedora de todas as espécies de grupos criminosos, mas, sim, de norma penal em branco, cuja subsunção perfeita dos fatos ao tipo penal exige uma complementação advinda de lei federal. E esse complemento já existe: art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.

4. O conceito de organização criminosa apresentado pelo legislador no art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013, em respeito ao princípio da taxatividade, corolário do postulado da legalidade (estrita), demonstra quais os agrupamentos de pessoas devem ser objeto de alcance da referida lei.

5. Sobre esse enfoque, a jurisprudência do STJ elenca julgados que apreciaram minuciosamente a questão e concluíram no sentido da impossibilidade de o julgador, violando o princípio da taxatividade da lei penal, conferir interpretação extensiva à organização criminosa, constante do art. 112, § 3º, V, da LEP, com o fim de alcançar todas as formas de ajuntamento de pessoas com o intuito de cometer delitos.

6. **A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça pronunciou-se, quando do julgamento do HC n. 522.651/SP, capitaneado pelo voto condutor da Ministra Laurita Vaz, no sentido de que o art. 112, § 3º, V, da LEP, já dispõe de complemento normativo, não sendo legítimo que o julgador, em explícita violação do princípio da taxatividade da lei penal, interprete extensivamente o significado de organização criminosa a fim de abranger todas as formas de sociedades sceleris, como, por exemplo, a associação criminosa ou a associação para o tráfico ilícito de drogas.**

7. **Restou assentado que a vedação à interpretação extensiva *in malam partem* fica ainda mais evidente quando se trata de definir requisito que restringe a aplicação de benefício executório implementado por lei cuja finalidade é aumentar o âmbito de proteção às crianças ou pessoas com deficiência, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de suas genitoras ou responsáveis se encontrarem reclusas em estabelecimentos prisionais.**

8. **A Quinta Turma, quando do julgamento do HC n. 679.715/MG (Ministro Reynaldo Soares da Fonseca), concluiu que, se houve por parte do legislador, incoerência legislativa ou se o ordenamento jurídico brasileiro possui mais de uma definição para o que vem a ser organização criminosa, deve-se, de toda sorte, tomar, conforme a orientação do STJ, o termo em sua acepção mais favorável à acusada, em atenção ao princípio do favor rei.**

9. A fundamentação principal do entendimento adotado reside no princípio da legalidade – pilar do Direito Penal Constitucional e do Estado Democrático de Direito. Além disso, sob a ótica da taxatividade estrita, tal preceito obsta a aplicação da analogia *in malam partem* e veda qualquer

interpretação extensiva que resulte prejuízo ao réu, ao sentenciado e ao reeducando.

10. **O Supremo Tribunal Federal tem se pronunciado majoritariamente no mesmo sentido, vedando a interpretação extensiva do referido dispositivo, afirmando que o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) não se equipara ao crime de organização criminosa, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.**

11. **Em observância aos princípios da legalidade e da taxatividade estrita – que vedam a analogia *in malam partem* e a interpretação extensiva em prejuízo do réu –, o art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984 limita-se às reeducandas condenadas por integrar organização criminosa (art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013).**

12. Tese de julgamento:

Em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei n. 12.850/2013, não abrangendo apenas que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006).

13. Caso dos autos:

As instâncias ordinárias obstaram a progressão de regime com fundamento no fato de a condenação pelo crime de associação para o tráfico estar inserida no contexto de organização criminosa do art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

14. Aplicando-se a tese ora definida, em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo, não abrangendo apenas pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006).

15. Recurso especial provido para determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA SEÇÃO do Superior Tribunal de Justiça, retomado o julgamento, após o voto-vista antecipado da Sra. Ministra Maria Marluce Caldas, acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, dando provimento ao recurso especial, e os votos dos Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas Custódio (Desembargadora Convocada do TJDF) (declarou-se apta a votar) e Og Fernandes, no mesmo sentido, por unanimidade, dar provimento ao recurso especial para determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984, e fixou a seguinte tese quanto ao Tema Repetitivo n. 1.374: "Em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006)", nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Maria Marluce Caldas, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas

(Desembargadora Convocada do TJDFT) e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Messod Azulay Neto.
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

Brasília, 12 de agosto de 2026.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2204349 - MG (2025/0095994-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVOGADA : KELMA APARECIDA FARIA - MG196727
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
INTERES. : PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS
SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL -
"AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
- "AMICUS CURIAE"

EMENTA

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. EXECUÇÃO. PROGRESSÃO DE REGIME ESPECIAL. PRETENSÃO OBSTADA POR SE TRATAR DE REEDUCANDA CONDENADA POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS AFIRMARAM A VEDAÇÃO DIANTE DO DISPOSTO NO ART. 112, § 3º, V, DA LEI N. 7.210/1984 (LEP). REQUISITOS CUMULATIVOS. MULHER GESTANTE OU MÃE DE CRIANÇAS OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA QUE NÃO TENHA INTEGRADO ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. DISPOSIÇÃO LEGAL ESPECÍFICA E CLARA QUE NÃO ADMITE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA EM PREJUÍZO DO RÉU. MATÉRIA CONTROVERTIDA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO PARA GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA. INCISO V DO § 3º DO ART. 112 DA LEP. NORMA PENAL EM BRANCO. COMPLEMENTO NORMATIVO EXISTENTE. ART. 1º, § 1º, DA LEI N.

12.850/2013. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA *IN MALAM PARTEM*. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA TAXATIVIDADE E DO FAVOR REI.

1. A questão posta no presente apelo nobre cinge-se a definir se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) equipara-se ou não ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, da Lei n. 7.210/1984 destinada a apenada gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.

2. A redação do art. 112, § 3º, V, da LEP reflete aspecto até então não visível a todos: a literalidade do dispositivo não alcança o sentido dado pela interpretação conferida nos julgados que vedaram a progressão, configurando verdadeira interpretação extensiva do texto legal.

3. A previsão de "não ter integrado organização criminosa" não implica expressão genérica abrangedora de todas as espécies de grupos criminosos, mas, sim, de norma penal em branco, cuja subsunção perfeita dos fatos ao tipo penal exige uma complementação advinda de lei federal. E esse complemento já existe: art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.

4. O conceito de organização criminosa apresentado pelo legislador no art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013, em respeito ao princípio da taxatividade, corolário do postulado da legalidade (estrita), demonstra quais os agrupamentos de pessoas devem ser objeto de alcance da referida lei.

5. Sobre esse enfoque, a jurisprudência do STJ elenca julgados que apreciaram minuciosamente a questão e concluíram no sentido da impossibilidade de o julgador, violando o princípio da taxatividade da lei penal, conferir interpretação extensiva à organização criminosa, constante do art. 112, § 3º, V, da LEP, com o fim de alcançar todas as formas de ajuntamento de pessoas com o intuito de cometer delitos.

6. **A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça pronunciou-se, quando do julgamento do HC n. 522.651/SP, capitaneado pelo voto condutor da Ministra Laurita Vaz, no sentido de que o art. 112, § 3º, V, da LEP, já dispõe de complemento normativo, não sendo legítimo que o julgador, em explícita violação do princípio da taxatividade da lei penal, interprete extensivamente o significado de organização criminosa a fim de abranger todas as formas de sociedades sceleris, como, por exemplo, a associação criminosa ou a associação para o tráfico ilícito de drogas.**

7. **Restou assentado que a vedação à interpretação extensiva *in malam partem* fica ainda mais evidente quando se trata de definir requisito que restringe a aplicação de benefício executório implementado por lei cuja finalidade é aumentar o âmbito de proteção às crianças ou pessoas com deficiência, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de suas genitoras ou responsáveis se encontrarem reclusas em estabelecimentos prisionais.**

8. **A Quinta Turma, quando do julgamento do HC n. 679.715/MG (Ministro Reynaldo Soares da Fonseca), concluiu que, se houve por parte do legislador, incoerência legislativa ou se o ordenamento jurídico brasileiro possui mais de uma definição para o que vem a ser organização criminosa, deve-se, de toda sorte, tomar, conforme a orientação do STJ, o termo em sua acepção mais favorável à acusada, em atenção ao princípio do favor rei.**

9. A fundamentação principal do entendimento adotado reside no princípio da legalidade – pilar do Direito Penal Constitucional e do Estado Democrático de Direito. Além disso, sob a ótica da taxatividade estrita, tal preceito obsta a aplicação da analogia *in malam partem* e veda qualquer

interpretação extensiva que resulte prejuízo ao réu, ao sentenciado e ao reeducando.

10. **O Supremo Tribunal Federal tem se pronunciado majoritariamente no mesmo sentido, vedando a interpretação extensiva do referido dispositivo, afirmando que o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) não se equipara ao crime de organização criminosa, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.**

11. **Em observância aos princípios da legalidade e da taxatividade estrita – que vedam a analogia *in malam partem* e a interpretação extensiva em prejuízo do réu –, o art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984 limita-se às reeducandas condenadas por integrar organização criminosa (art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013).**

12. Tese de julgamento:

Em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei n. 12.850/2013, não abrangendo apenas que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006).

13. Caso dos autos:

As instâncias ordinárias obstaram a progressão de regime com fundamento no fato de a condenação pelo crime de associação para o tráfico estar inserida no contexto de organização criminosa do art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

14. Aplicando-se a tese ora definida, em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo, não abrangendo apenas pelo crime de associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006).

15. Recurso especial provido para determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

RELATÓRIO

Trata-se de recurso especial interposto por MARIA APARECIDA DOS REIS, fundado no art. 105, III, a, da Constituição Federal, contra o acórdão do Tribunal de Justiça de Minas Gerais proferido no Agravo em Execução n. 1.0000.24.201988-3, assim ementado (fl. 46):

AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL – PROGRESSÃO DE REGIME – FRAÇÃO ESPECIAL – APLICAÇÃO DO ARTIGO 112, § 3º, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL – NÃO CABIMENTO – ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA – ARTIGO 35 DA LEI DE DROGAS.

1. O artigo 112, § 3º, da Lei de Execução Penal (LEP) disciplina que, para a aplicação da fração especial de 1/8 (um oitavo) de pena, faz-se necessário o atendimento cumulativo dos requisitos legais próprios.

2. A condenação pela prática do crime de associação para o tráfico de drogas, previsto no artigo 35 da Lei n.º 11.343/06, obsta a aplicabilidade da fração excepcional.

Narram os autos que a reeducanda cumpre pena privativa de liberdade total de 14 (quatorze) anos, atualmente em regime fechado, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33, “caput” (por duas vezes) e 35, “caput”, ambos da Lei n.º 11.343/06 (fl. 47).

Consta que é genitora de 3 (três) crianças de idade inferior à 12 (doze) anos (sequencial 135.2 do SEEU). Por essa razão, [...] pleiteou a retificação do seu atestado de pena para constar a exigência de cumprimento de apenas 1/8 (um oitavo) da pena como requisito objetivo para a progressão de regime. Em ato contínuo, requereu fosse concedida a progressão de regime (fl. 48)

O Juízo da execução de Pará de Minas/MG (meio fechado e semiaberto) indeferiu a pretensão defensiva afirmando que a sentenciada não preenche cumulativamente todos os requisitos legais, uma vez que **a condenação imposta na guia de execução [...] decorreu do crime tipificado no artigo 35, caput, da Lei n. 11.343, de 2006, o que indica que a sentenciada integra organização criminosa, visto que se encontra associada de forma estável para a prática do delito de tráfico de drogas, sendo, portanto, referido delito impeditivo da concessão do benefício** (fl. 12 – grifo nosso).

O Tribunal de Justiça mineiro negou provimento ao agravo em execução destacando que, embora a reeducanda seja mãe de 3 (três) crianças menores de 12 (doze) anos, **a prática, dentre outros delitos, do crime de associação para o tráfico, constitui causa impeditiva à retificação que pretende no atestado de pena e, consequentemente, ao deferimento do pedido de progressão de regime** (fl. 50 – grifo nosso).

Aponta a recorrente violação do art. 112, § 3º, V, da Lei de Execução Penal, por ofensa ao princípio da reserva legal, sustentando que **não foi condenada por integrar organização criminosa, mas sim por associar-se ao tráfico de drogas, crimes estes distintos**. Portanto, apesar de semelhantes os tipos penais, é importante frisar que a diferença entre eles está, justamente, nos critérios elencados na lei nº 12.850/13, quais sejam, necessidade de ser uma associação estruturada e divisão de tarefas entre os sujeitos, entre outros, considerando que são tais elementos os fazem diferenciar-se (fl. 63 – grifo nosso).

Diz que o art. 112, § 3º, da Lei de Execução Penal **dispõe de forma taxativa acerca os requisitos para progressão de regime penal**, enumerando, de forma exaustiva, os casos em que a concessão de benefícios penitenciários pode ser

condicionada. Contudo, **a condenação pela associação para o tráfico obstar a progressão especial não encontra respaldo legal** (fl. 65 – grifo nosso).

Argumenta a importância do princípio da legalidade, pilar inquestionável do ordenamento jurídico brasileiro, na garantia dos direitos fundamentais e na preservação do Estado Democrático de Direito. Ao impor uma exigência não prevista na legislação penal, o Tribunal de origem transbordou os limites impostos pela lei e violou o mencionado princípio da legalidade (fls. 65/66 – grifo nosso).

Defende que, ao restringir o acesso à progressão de regime, estaria erigindo um obstáculo desproporcional ao exercício de um direito legalmente estabelecido (fl. 65).

Em suma, ressalta que o fato de a recorrente ter sido condenada pelo delito de associação para o tráfico não impede, por si só, a concessão do benefício, já que o art. 112, § 3º, inciso V, da Lei de Execução Penal faz referência à organização criminosa (fl. 66).

Oferecidas contrarrazões (fls. 73/75), a Corte de origem admitiu o recurso (fls. 78/80).

Devidamente autuado nesta Corte, os autos seguiram ao então Presidente da Comissão Gestora de Precedentes, Ministro Rogerio Schietti Cruz, que, em atenção ao disposto no art. 44, VI, do RISTJ, identificou o presente recurso especial como de potencial de repetitividade ou com relevante questão de direito, de grande repercussão social, aptas a serem submetidas ao Superior Tribunal de Justiça, sob a sistemática dos recursos repetitivos (fl. 86 – grifo nosso), delineando o seguinte tema:

Se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) se equipara ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

Aberta vista às partes, a recorrente anuiu à adoção da sistemática indicada e o Parquet mineiro opinou no mesmo sentido, sugerindo a adoção do entendimento no sentido de que a condenação por associação para o tráfico de drogas impede a progressão de regime especial com a fração de 1/8. O requisito de ‘não ter integrado organização criminosa’ no artigo 112, § 3º, inciso V, da Lei de Execução Penal, abrange todo crime que demande o concurso necessário de agentes em união estável e permanente destinada a práticas delitivas (fl. 103).

A Subprocuradoria-Geral da República opinou pela *admissibilidade do presente Recurso Especial como representativo da controvérsia, com sua afetação ao rito dos recursos repetitivos, nos termos do disposto nos arts. 1.036 e segs., do Código de Processo Civil (fl. 99).*

Em novo pronunciamento, o então Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e Ações Coletivas, Ministro Moura Ribeiro, afirmou tratar-se a questão dos autos de *controvérsia jurídica multitudinária, com relevante impacto jurídico, social e familiar, por tratar a presente questão jurídica da progressão de regime prisional especial de mulheres gestantes, ou mães, ou responsáveis por crianças de até 12 anos ou com deficiência, condenadas pelo delito de associação para o tráfico de drogas (fl. 118).*

Destacou que, *segundo dados de 2022, do Sistema Penitenciário Brasileiro, 54% das prisões de mulheres no país estão relacionadas com o tráfico de drogas. Esse cenário tem suscitado importantes debates no âmbito do direito penal e do sistema carcerário nacional, especialmente quanto aos impactos sobre a maternidade e o desenvolvimento na primeira infância (fl. 118 – grifo nosso).*

Anotou, inclusive, que, no tocante ao *aspecto acumulativo da controvérsia, verifica-se, a partir de pesquisa jurisprudencial no portal do Superior Tribunal de Justiça, a existência de 206 julgados com temática semelhante, proferidos até o momento pelos Ministros que integram a Terceira Seção* (fl. 118 – grifo nosso), colacionando os seguintes julgados (fls. 118/119):

[...]

Tese de julgamento: "1. A condenação por associação para o tráfico de drogas impede a aplicação da fração de 1/8 para progressão de regime especial. 2. O requisito de 'não ter integrado organização criminosa' no art. 112, § 3º, V, da LEP, abrange a associação para o tráfico de drogas."

Dispositivos relevantes citados: LEP, art. 112, § 3º, V; Lei n. 12.850/2013.

Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no HC n. 916.442/SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 2/9/2024; STJ, AgRg no HC n. 848.866/SP, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 27/11/2023.

(AgRg no HC n. 959.811/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/2/2025, DJEN de 25/2/2025.)

[...]

Tese de julgamento: "A vedação da progressão especial de regime se aplica às condenadas pelo delito de associação para o tráfico de drogas, cujo tipo penal engloba elementos semelhantes ao de organização criminosa, como a associação estável e duradoura com a finalidade de praticar crimes".

Dispositivos relevantes citados: Art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

Jurisprudência relevante citada: STJ, AgRg no HC 776.818 /TO, Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, DJe 26.06.2023; STJ, AgRg no HC 649.789/RS, Min. Olindo Menezes, Sexta Turma, DJe 01.04.2022.

(AgRg no HC n. 958.115/SC, da minha relatoria, Sexta Turma, julgado em 12/2/2025, DJEN de 20/2/2025.)

Em julgamento efetivado em sessão virtual realizada entre 13/8/2025 e 19/8/2025 (fl. 135), a Terceira Seção acolheu a proposta de afetação ao rito dos repetitivos, nos termos dos arts. 1.036 e 1.037 do Código de Processo Civil de 2015 e 256 ao 256-X do RISTJ, cujo acórdão ficou assim ementado (fls. 138/139 – grifo nosso):

PROPOSTA DE AFETAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. REEDUCANDA GENITORA DE FILHOS MENORES DE 12 ANOS. CONDENAÇÃO POR CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ART. 35 DA LEI N. 11.343/2006. PROGRESSÃO DE REGIME. FRAÇÃO ESPECIAL (1/8). APLICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXEGESE DO ART. 112, § 3º, V, DA LEI N. 7.812/1984 (LEP). ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. VEDAÇÃO LEGAL CONFIGURADA.

1. Delimitação da controvérsia: **definir se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) equipara-se ou não ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013), de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, da Lei n. 7.210/1984 destinada a apenada gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência;**

2. Afetação do recurso especial ao rito previsto nos arts. 1.036 e 1.037 do CPC/2015 e 256 ao 256-X do RISTJ.

Foram intimados eletronicamente da publicação do referido acórdão o *Parquet* e a Defensoria Pública mineiros, além do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União (fls. 146/148).

O Ministério Público Federal, em novo parecer, manifestou-se pelo provimento do recurso especial (fl. 515):

RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME. FRAÇÃO ESPECIAL. ART. 112, § 2º, V, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL (LEP). CONDENAÇÃO PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI N. 11.343/2006). IMPOSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO AO CRIME DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (ART. 2º DA LEI N. 12.850/2013). IMPOSSIBILIDADE DE EXTENSÃO DO CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. VEDAÇÃO À INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA *IN MALAM PARTEM* DE NORMAS PENAIAS. PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, DA TAXATIVIDADE E DO *FAVOR REI*. PRECEDENTE DO STJ. JURISPRUDÊNCIA DO STF.

Parecer pelo provimento do recurso especial para, *"reformando o acórdão recorrido, determinar a retificação do atestado de pena da recorrente, conforme o disposto no art. 112, § 3º, da LEP."*

Na Petição n. 1.121.638/2025, a Associação Nacional da Advocacia Criminal - ANACRIM requereu, com suporte nos arts. 138 e 950, § 3º, do Código de Processo Civil, sua admissão como *amicus curiae*, argumentando que *preenche os requisitos estabelecidos pela legislação, quais sejam, representatividade e vinculação de seus*

estatutos à relevância da quaestio in iuri deducta (relevância da matéria) – (fls. 166/167).

O Grupo de Atuação Estratégica das Defensorias Públicas Estaduais e Distrital nos Tribunais Superiores – GAETS, por sua vez, na Petição n. 1.122.530/2025, também solicitou o ingresso no feito como *amicus curiae*, sustentando que *foi criado para desenvolver atividades estratégicas de representatividade institucional nas questões que promovam impactos e efeitos de repercussão geral, recursos repetitivos e processos cuja decisão possa ter repercussão no interesse institucional e dos seus assistidos e busca cumprir os princípios institucionais da indivisibilidade e da unidade* (fls. 214/215).

Os pedidos foram deferidos a fim de que as referidas entidades fossem admitidas como *amicus curiae*, **contudo**, em atenção ao disposto no art. 138, § 2º, do CPC, **a participação foi limitada à apresentação de manifestação escrita, sendo vedada a sustentação oral na sessão de julgamento.**

O Ministério Público do Rio Grande do Sul requereu, na Petição n. 1.236.155/2025, a sua habilitação como *amicus curiae*, aduzindo que a sua atuação no feito se legitima, em razão de sua representatividade que *é inequívoca, e a especificidade do tema objeto da demanda possui íntima relação com as funções institucionais do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, notadamente a titularidade privativa da ação penal pública, nos termos do artigo 129, I, da Constituição Federal* (fl. 271).

A pretensão **foi deferida** nos moldes em que autorizados para a ANACRIM e o GAETS, ou seja, com a participação **limitada à apresentação de manifestação escrita, sendo vedada a sustentação oral na sessão de julgamento.**

É o relatório.

VOTO

A questão posta no presente apelo nobre cinge-se a definir **se o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) equipara-se ou não ao crime de organização criminosa (art. 2º da Lei n. 12.850/2013)**, de modo a impedir a progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, da Lei n. 7.210/1984 destinada a apenas gestante, mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, como outrora afirmado pelo então Presidente da Comissão Gestora de Precedentes e Ações Coletivas, Ministro Moura Ribeiro, apresenta diversos julgados, inclusive de minha relatoria, no sentido de que **a condenação por associação para o tráfico de drogas impede a aplicação da fração de 1/8 para progressão de regime especial. 2. O requisito de 'não ter integrado organização criminosa' no art. 112, § 3º, V, da LEP, abrange a associação para o tráfico de drogas** (AgRg no HC n. 959.811/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJEN de 25/2/2025 – grifo nosso).

No mesmo sentido, foram mencionados ainda: AgRg no HC n. 916.442/SP, Rel. Min. Messod Azulay Neto, Quinta Turma, julgado em 2/9/2024; AgRg no HC n. 848.866/SP, Rel. Min. Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, julgado em 27/11/2023; e AgRg no HC n. 959.811/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, julgado em 19/2/2025, DJEN de 25/2/2025.

Não obstante isso, ao analisar os presentes autos, constatei a existência de julgados dissonantes no âmbito de cada uma das Turmas da Terceira Seção, aumentando a relevância do recurso especial ora em análise para uniformizar o entendimento do Superior Tribunal de Justiça na aplicação do art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

Eis a redação do dispositivo (grifo nosso):

Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

[...]

V - não ter integrado organização criminosa.

Da análise detida do texto legal, sobressai um aspecto relevante: sua literalidade não comporta a exegese conferida pelos julgados citados, o que caracteriza, em última análise, uma interpretação extensiva da norma legal.

Ao refletir agora sobre essa perspectiva, tenho que a previsão de "não ter integrado organização criminosa" não implica expressão genérica abrangedora de todas as espécies de grupos criminosos, mas, sim, de norma penal em branco, cuja subsunção perfeita dos fatos ao tipo penal exige uma complementação advinda de lei federal. E esse complemento já existe: art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013:

Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Com efeito, o conceito de organização criminosa apresentado pelo legislador no art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013, em respeito ao princípio da taxatividade, corolário do postulado da legalidade (estrita), demonstra quais os agrupamentos de pessoas devem ser objeto de alcance da referida lei.

Em pesquisa na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre esse enfoque da controvérsia, deparei-me com julgados que apreciaram minuciosamente a questão e concluíram no sentido da **impossibilidade de o julgador, violando o princípio da taxatividade da lei penal, conferir interpretação extensiva à organização criminosa, constante do art. 112, § 3º, V, da LEP, com o fim de alcançar todas as formas de ajuntamento de pessoas com o intuito de cometer delitos.**

Confirmam-se os seguintes excertos do voto proferido pela Ministra Laurita Vaz no HC n. 522.651/SP, em que Sua Excelência desenvolveu, com habitual maestria, um estudo aprofundado sobre o tema (fls. 5/12 do voto – grifo nosso):

Como é cediço, a Suprema Corte, em razão, principalmente, da existência de reiterada ilegalidade na observância dos direitos das mulheres gestantes e mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência nos estabelecimentos prisionais brasileiros, concedeu o *Habeas Corpus* Coletivo n. 143.641/SP, a fim de determinar:

"a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), relacionadas neste processo pelo DEPEN e outras autoridades estaduais, enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes 'praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes' e impôs a 'extensão da ordem de ofício a todas as demais mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e de pessoas com deficiência, bem assim às adolescentes sujeitas a medidas socioeducativas em idêntica situação no território nacional, observadas as restrições acima.' "

A concessão abrangeu tão somente as prisões cautelares.

Na esteira da referida decisão, o Legislador **foi além** e editou a Lei n. 13.769, de 19 de dezembro de 2018, **promovendo alterações não somente no Código de Processo Penal, mas também na Lei de Crimes Hediondos (Lei n. 8.072/2018) e na Lei de Execuções Penais (Lei n. 7.210/1984), com a finalidade de ampliar a proteção dada às mulheres gestantes, mães ou responsáveis por crianças ou pessoas com deficiência.**

Na Lei de Execuções Penais foi incluído o § 3º no art. 112, prevendo progressão de regime especial, *in verbis*:

"Art. 112. A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos:

[...]

§ 3º No caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência, os requisitos para progressão de regime são, cumulativamente:

I - não ter cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não ter cometido o crime contra seu filho ou dependente;

III - ter cumprido ao menos 1/8 (um oitavo) da pena no regime anterior;

IV - ser primária e ter bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento;

***V - não ter integrado organização criminosa.**" (sem grifos no original.)*

Verifica-se que a lei exigiu a presença de cinco requisitos cumulativos para a concessão do benefício executório, **dentre eles, o de "não ter integrado organização criminosa"**.

No caso, o Juízo das Execuções Penais e o Tribunal estadual indeferiram os pleitos defensivos sob o principal argumento de que o termo **organização criminosa não se refere ao crime previsto na Lei n. 12.850/2013, tratando-se, na verdade, de uma expressão genérica, a qual abrange, ao que parece, todas as espécies de sociedades criminosas.**

Assim, entenderam que, por ter sido condenada pela prática do crime de associação para o tráfico ilícito de drogas, a Paciente não faz jus ao benefício. Transcrevo alguns trechos das decisões (fls. 28-30 e 13-17, respectivamente; sem grifos no original):

"Inicialmente, verifica-se que o cálculo de pena elaborado encontra-se correto, pois em conformidade com os acontecimentos processuais e com as normas de regência, tanto assim que as partes não apresentaram, a respeito, impugnação especificada, sendo judicialmente homologado.

*Se não bastasse, **a sentenciada foi condenada pela prática do delito previsto no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006, o que caracteriza integração a organização criminosa, de modo a impedir, só por isso, a aplicação da regra inserta no artigo 112, § 3.º, inciso V, da Lei de Execução Penal.***

No mais, o sentenciado não faz jus à progressão de regime prisional, para o semiaberto, pois não atendido o requisito objetivo legalmente exigido.

Com efeito, o condenado, primário, não cumpriu 2/5 (dois quintos) da pena privativa de liberdade imposta, em regime prisional fechado, conforme exige o art. 2º, § 2º, da Lei n. 8.072/90 (com a redação dada pela Lei n. 11.464/2007), nem tampouco cumpriu 1/6 (um sexto) da pena privativa de liberdade, conforme exigido por artigo 112 da Lei de Execução Penal, não satisfazendo, assim, o requisito objetivo, que será alcançado somente em 27/01/2020, conforme revela o cálculo elaborado a fls. 420/422."

*"Agiu acertadamente. A exemplo do que ocorre com a antiga formação de quadrilha, **a atual associação criminosa do Código Penal, a formação de milícia, a associação para o genocídio etc, a associação para o tráfico também é espécie de sociedades sceleris. É nessa acepção lata que a expressão 'organização criminosa' foi empregada pelo legislador no dispositivo em questão, ou seja, vedar o benefício à condenada que integrou qualquer uma das espécies de sociedades sceleris previstas na legislação penal.***

De fato, a aplicação restritiva do artigo 112 § 3º inciso V da LEP - limitada a vedação ao crime conceituado no artigo 1º § 1º da Lei n. 12.850/13 - traria consequências injustas, violando os princípios da isonomia e da

proporcionalidade. Imagine-se, por exemplo, duas situações: (i) mulher condenada por integrar organização criminosa constituída para a prática de furtos qualificados; e (ii) mulher condenada por integrar associação para o tráfico (como no presente caso). Na primeira hipótese, a condenada não faria jus ao benefício da progressão especial, eis que integrava organização criminosa *stricto sensu*, muito embora fosse essa constituída para a prática de crime não hediondo. Por outro lado, no segundo caso, muito embora a mulher tenha integrado associação para a prática de crime equiparado a hediondo, portanto muito mais grave, teria ela direito ao benefício legal.

De ver-se, ainda, que o crime do artigo 35 da Lei no. 11.343/06 é apenado com reclusão de 3 a 10 anos, e multa de 700 a 1200 dias, enquanto o crime do artigo 2º da Lei n. 12.850/13 é sancionado com reclusão de 3 a 8 anos, e multa. Não faria sentido considerar que o crime apenado com menor severidade seria impeditivo ao benefício da progressão antecipada, ao passo que o crime com pena maior não seria. Assim, não há como se negar que a aplicação restritiva do artigo 112 § 3º inciso V da LEP traria consequências injustas, não isonômicas e desproporcionais.

Ademais, conforme argutamente ponderado pela douta Procuradoria Geral de Justiça, o E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA tem interpretado nesse sentido lato a expressão 'organização criminosa' do artigo 33 § 4º. da Lei 11.343/2006, equiparando a ela, para negar a minorante ali contemplada, a associação do artigo 35 da mesma Lei:

[...]

Não se vislumbra, portanto, desacerto na decisão recorrida.³ Posto isso, pelo meu voto, nega-se provimento ao agravo."

No entanto, entendo, com o devido respeito, que os argumentos consignados pelas instâncias ordinárias **não se coadunam com a correta exegese da referida regra penal.**

Com efeito, o art. 112, § 3º e incisos, da Lei n. 7.210/1984, tem conteúdo material (norma híbrida), porquanto trata de progressão de regime prisional, relacionado com o *jus libertatis*, o que impõe, ao intérprete, a submissão a todo o conjunto de princípios inerentes às normas penais.

Mais especificamente quanto ao objeto do presente *habeas corpus*, verifica-se que **o inciso V do § 3º do art. 112, da LEP, é um exemplo de norma penal em branco com complemento normativo, pois o próprio Legislador, respeitando o princípio da taxatividade (decorrente do princípio da estrita legalidade), desincumbiu-se do ônus de definir organização criminosa ao editar a Lei n. 12.850/2013, que prevê em seu art. 1º, § 1º, expressamente:**

"Art. 1º Esta Lei **define organização criminosa** e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º **Considera-se organização criminosa** a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional." (sem grifos no original.)

A mencionada norma, reitere-se, já dispõe de complemento normativo, **não sendo legítimo que o julgador, em explícita violação ao princípio da taxatividade da lei penal, interprete extensivamente o significado de organização criminosa a fim de abranger todas as formas de sociedades sceleris, como, por exemplo, a associação criminosa ou a associação para o tráfico ilícito de drogas.**

Tal proibição fica ainda mais evidente quando se trata de definir requisito que restringe a aplicação de **benefício executório implementado por**

lei cuja finalidade é aumentar o âmbito de proteção às crianças ou pessoas com deficiência, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de suas genitoras ou responsáveis se encontrarem reclusas em estabelecimentos prisionais.

A teleologia da norma e a existência de complemento normativo impõem exegese restritiva e não extensiva.

Se a mencionada interpretação ampliativa de organização criminosa fosse legítima, também o seria, por exemplo, [quando] o julgador, ao deparar-se com o conceito reincidente – referido em diversos artigos do Código Penal e em leis penais extravagantes –, pudesse estender o alcance do termo de modo diverso do previsto nos arts. 63 e 64 do Código Penal, que definem seu significado. Poderia, assim, aumentar a pena na segunda fase da dosimetria caso houvesse condenação transitada em julgado mesmo que ultrapassado o período depurador de 5 (cinco) anos.

Do mesmo modo poderia o órgão do Poder Judiciário considerar hediondo crimes diversos daqueles previstos no art. 1º da Lei n.º 8.072/1990 – ali elencados, em rol taxativo.

Em ambos os casos, não há controvérsia jurisprudencial ou doutrinária sobre a impossibilidade de considerar a reincidência ou a hediondez em hipótese diversas daquelas definidas em lei, em razão, justamente, do óbice à interpretação extensiva *in malam partem* das normas penais.

Também corrobora a argumentação já consignada o fato de que o Legislador, **quando teve o intuito de referir-se a outras hipóteses de sociedades criminosas, o fez expressamente**, conforme previsão contida no art. 52, § 1º, inciso I, § 3º, § 4º, inciso II, e § 5º, da Lei n. 7.210/1984, *in verbis*:

"Art. 52. A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, com as seguintes características:

[...]

§ 1º O regime disciplinar diferenciado também será aplicado aos presos provisórios ou condenados, nacionais ou estrangeiros:

[...]

*II - **sob os quais recaiam fundadas suspeitas de envolvimento ou participação, a qualquer título, em organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, independentemente da prática de falta grave.***

[...]

*§ 3º Existindo indícios de que o preso exerce liderança em **organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada**, ou que tenha atuação criminosa em 2 (dois) ou mais Estados da Federação, o regime disciplinar diferenciado será obrigatoriamente cumprido em estabelecimento prisional federal.*

§ 4º Na hipótese dos parágrafos anteriores, o regime disciplinar diferenciado poderá ser prorrogado sucessivamente, por períodos de 1 (um) ano, existindo indícios de que o preso:

[...]

*II - **mantém os vínculos com organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada**, considerados também o perfil criminal e a função desempenhada por ele no grupo criminoso, a operação duradoura do grupo, a superveniência de novos processos criminais e os resultados do tratamento penitenciário.*

§ 5º Na hipótese prevista no § 3º deste artigo, o regime disciplinar diferenciado deverá contar com alta segurança interna e externa, principalmente no que diz respeito à necessidade de **se evitar contato do preso com membros de sua organização criminosa, associação criminosa ou milícia privada, ou de grupos rivais.**

Na mesma linha aqui defendida, o Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (Desembargador convocado do TJ/PE) **concedeu a ordem no julgamento do HC n. 541.619/SP (DJe 26/02/2020), afastando a possibilidade de extensão da proibição contida no inciso V do § 3º do art. 112, da LEP, a Paciente condenada por crime de associação para o tráfico ilícito de entorpecentes.**
[...]

Ante o exposto, **CONCEDO A ORDEM de habeas corpus para que o Juízo das Execuções Penais retifique o cálculo de penas da Paciente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico ilícito de drogas para fins de análise do requisito contido no inciso V do § 3º do art. 112 da Lei n. 7.210/1984.**

Em síntese, a orientação firmada no referido julgamento da Sexta Turma, capitaneado pelo voto condutor da Ministra Laurita Vaz, foi no sentido de que **o art. 112, § 3º, V, da LEP, já dispõe de complemento normativo, não sendo legítimo que o julgador, em explícita violação do princípio da taxatividade da lei penal, interprete extensivamente o significado de organização criminosa a fim de abranger todas as formas de sociedades sceleris, como, por exemplo, a associação criminosa ou a associação para o tráfico ilícito de drogas** (grifo nosso).

A vedação à interpretação extensiva *in malam partem* fica ainda mais evidente quando se trata de definir requisito **que restringe a aplicação de benefício executório implementado por lei cuja finalidade é aumentar o âmbito de proteção às crianças ou pessoas com deficiência, as quais se encontram em situação de vulnerabilidade em razão de suas genitoras ou responsáveis se encontrarem reclusas em estabelecimentos prisionais** (grifo nosso).

Diante desse cenário, alinho-me à compreensão de que a condenação pelo crime de associação para o tráfico cometido pela reeducanda genitora de filhos menores de 12 anos, não obsta, *per si*, a concessão da progressão de regime, nos termos do art. 112, § 3º, da Lei n. 7.210/1984.

Outra não foi a conclusão do Ministro Rogerio Schietti Cruz, em recente pronunciamento, quando da apreciação do REsp n. 2.227.018/RS, no sentido de que o legislador pátrio, ao editar o art. 112, § 3º, V, da LEP *não estabeleceu a natureza do crime como óbice à progressão especial. A norma prevê, independentemente da prática de crime comum ou hediondo, requisitos mais brandos para a progressão de regime no*

caso de mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência. Assim, o conceito dado à “organização criminosa” é somente aquele previsto no art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013, sem que seja possível a interpretação extensiva da lei penal para impedir benefícios executórios (fls. 2/3 da decisão – grifo nosso).

Em reforço:

DIREITO PENAL. HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO ESPECIAL DE REGIME PRISIONAL (ART. 112, § 3º, DA LEP). VEDAÇÃO LEGAL A INTEGRANTE DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DA PROIBIÇÃO A CONDENADA POR ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE DROGAS (ART. 35 DA LEI N. 11.343/2006) E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA (ART. 288 DO CP). HIPÓTESE DE ANALOGIA IN MALAM PARTEM. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF. NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DO ENTENDIMENTO QUE TEM SIDO APLICADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM CONCEDIDA.

[...]

4. O Supremo Tribunal Federal tem firmado orientação de que o art. 112, § 3º, inc. V, da Lei de Execuções Penais abrange apenas o tipo penal do art. 2º da Lei nº 12.850/2013, não cabendo ampliar o alcance da norma para incluir os crimes de associação criminosa ou associação para o tráfico de drogas.

5. Por configurar hipótese de analogia in malam partem, mostra-se equivocada a aplicação da vedação legal às condenadas por crimes de associação criminosa e associação para o tráfico de drogas, devendo ser observado o princípio constitucional da legalidade.

IV. Dispositivo e tese

6. Ordem concedida para determinar ao Juízo da execução que, verificando o preenchimento dos demais requisitos do art. 112, § 3º, da LEP, observe a fração de 1/8 para fins de progressão de regime em favor da paciente.

Tese de julgamento:

“1. O art. 112, § 3º, inc. V, da LEP abrange apenas o tipo penal do art. 2º da Lei nº 12.850/2013.

2. É vedada a interpretação extensiva ou por analogia in malam partem para incluir os crimes de associação criminosa ou associação para o tráfico de drogas na vedação da progressão de regime especial, prevista no art. 112, § 3º, da Lei de Execuções Penais”. [...]

(HC n. 990.281/SP, de minha relatoria, Sexta Turma, DJEN de 19/8/2025 - grifo nosso).

[...]

1. Não é legítimo que o julgador, em explícita violação ao princípio da taxatividade da lei penal, interprete extensivamente o significado de organização criminosa a fim de abranger todas as formas de sociedades sceleris.

Tal proibição fica ainda mais evidente quando se trata de definir requisito que restringe direito executório implementado por lei cuja finalidade é aumentar o âmbito de proteção às crianças ou pessoas com deficiência, reconhecidamente em situação de vulnerabilidade em razão de suas genitoras ou responsáveis encontrarem-se reclusas em estabelecimentos prisionais [...] (HC 522.651/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 04/08/2020, DJe 19/08/2020).

2. A organização criminosa é a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional. A associação para o tráfico de drogas, por sua vez, cuja tipificação se encontra no

art. 35, caput, da Lei n. 11.343/2006, pune a seguinte conduta: associarem-se duas ou mais pessoas para o fim de praticar, reiteradamente ou não, qualquer dos crimes previstos nos arts. 33, caput e § 1º, e 34 desta Lei.

3. **No caso, a agravada foi condenada pelo crime de associação ao tráfico, o que não impede, por si só, a concessão do benefício da progressão especial da pena (fração de 1/8), já que o art. 112, § 3º, inciso V, da Lei de Execução Penal faz referência à organização criminosa.**

4. [...] Recentemente, em longa e alentada decisão, o eminente Ministro EDSON FACHIN, após historiar a jurisprudência do Excelso Pretório no sentido de que o crime de organização criminosa tem definição autônoma e limites próprios, não sendo intercambiável com o delito de quadrilha (atual associação criminosa) ou mesmo associação para o tráfico, reafirmou a interpretação não ampliativa quanto ao termo "organização criminosa" (HC 200630 MC/SP, DJe de 02/07/2021), proclamando, em seguida, a Segunda Turma do Excelso Pretório, em definitivo, a tese jurídica de que, **em prol da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do art. 112, §3º,V da LEP deve se dar de modo restritivo. Nessa trilha, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas aquela que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006).** Plenário virtual.

5. Se, como pondera o Parquet, houve, por parte do legislador, "incoerência legislativa", ou se "o ordenamento jurídico brasileiro possui mais de uma definição para o que vem a ser uma organização criminosa", deve-se, de toda sorte, tomar, conforme a orientação do STF, o termo em sua acepção mais favorável à acusada, em atenção ao princípio do favor rei. [...]

(AgRg no HC n. 679.715/MG, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 3/11/2021 - grifo nosso).

Ademais, a Sexta Turma, quando do julgamento do referido HC n. 990.281/SP (12/8/2025) de minha relatoria, concluiu no sentido de que, ***por configurar hipótese de analogia in malam partem, mostra-se equivocada a aplicação da vedação legal às condenadas por crimes de associação criminosa e associação para o tráfico de drogas, devendo ser observado o princípio constitucional da legalidade*** (grifo nosso).

No mesmo sentido, destaco excerto do voto proferido pelo **Ministro Reynaldo Soares da Fonseca**, quando do julgamento do AgRg no referido HC n. 679.715/MG, **se houve por parte do legislador, incoerência legislativa ou se o ordenamento jurídico brasileiro possui mais de uma definição para o que vem a ser organização criminosa** (grifo nosso), ***deve-se, de toda sorte, tomar, conforme a orientação do STJ, o termo em sua acepção mais favorável à acusada, em atenção ao princípio do favor rei.***

Em reforço, anoto os seguintes trechos do referido voto (fls. 14/19 – grifo nosso):

[...]

Aliás, no período de 08 a 18 do mês em curso, a Segunda Turma do STF julgou o mérito do aludido Habeas Corpus em Plenário Virtual e concedeu a ordem, a fim de determinar que o Juízo *a quo* implemente em definitivo nova análise de progressão da pena da paciente, **abstendo-se de considerar o crime de**

associação para o tráfico como óbice à progressão especial de regime prevista no art. 112, §3º da LEP, pois, em prol da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do dispositivo deve se dar de modo restritivo.

Portanto, nessa trilha, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006).

[...]

Aliás, essa particular forma de parametrar a interpretação das normas jurídicas (internas ou internacionais) é a que mais se aproxima da Constituição Federal, que **faz da cidadania e da dignidade da pessoa humana dois de seus fundamentos, bem como tem por objetivos fundamentais erradicar a marginalização e construir uma sociedade livre, justa e solidária** (incisos I, II e III do art. 3º).

Tudo na perspectiva da construção do tipo ideal de sociedade que o preâmbulo da respectiva Carta Magna caracteriza como "fraterna" (HC n. 94163, Relator Min. CARLOS BRITTO, Primeira Turma do STF, julgado em 2/12/2008, DJe-200 DIVULG 22/10/2009 PUBLIC 23/10/2009 EMENT VOL-02379-04 PP-00851).

O horizonte da fraternidade é, na verdade, o que mais se ajusta com a efetiva tutela dos direitos humanos fundamentais. A certeza de que o titular desses direitos é qualquer pessoa, deve sempre influenciar a interpretação das normas e a ação dos atores do Direito e do Sistema de Justiça.

[...]

Trago, pois, o tema à reflexão e proponho o acolhimento da tese já desenhada na Suprema Corte de Justiça Nacional: **em prol da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do art. 112, § 3º, V da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, nessa trilha, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006).**

Nesse cenário, constato que a fundamentação principal do entendimento adotado reside no **princípio da legalidade** – pilar do Direito Penal Constitucional e do Estado Democrático de Direito. Além disso, sob a ótica da **taxatividade estrita**, tal preceito obsta a aplicação da analogia in malam partem e **veda qualquer interpretação extensiva que resulte prejuízo ao réu, ao sentenciado e ao reeducando.**

O Supremo Tribunal Federal tem se pronunciado majoritariamente no mesmo sentido, **vedando a interpretação extensiva** do referido dispositivo, afirmando que o delito de associação para o tráfico de drogas (art. 35 da Lei n. 11.343/2006) não se equipara ao crime de organização criminosa, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013.

Com efeito, *o afastamento do óbice previsto no art. 112, § 3º, V da LEP à apenas por crime de associação para o tráfico é ainda consentâneo com o princípio da legalidade estrita e da taxatividade. Como se nota da leitura do dispositivo legal mencionado, a lei somente veda a concessão de progressão especial à condenada*

que tenha integrado organização criminosa, não abrangendo a apenada que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006) (HC n. 183.610/SP, Ministro Edson Fachin, Segunda Turma, DJe de 19/11/2021 – grifo nosso).

Ressalto, ainda, do referido voto (fl. 4 – grifo nosso):

Observo que as instâncias antecedentes negaram à paciente o cômputo diferenciado de progressão de pena por considerarem que, por ter sido condenada pelo crime de associação para o tráfico, não cumpriria o requisito previsto no art. 112, §3º, V, da LEP, que exige da apenada “não ter integrado organização criminosa”.

2.1 Tal entendimento, contudo, contrasta com a orientação adotada por esta Suprema Corte, que, em julgados de ambas as Turmas, refutou atribuir ao crime de “organização criminosa” conceituação sinônima ou congênere ao crime de “quadrilha” (atual associação criminosa), entendimento que entendo aplicável ao caso presente.

Com efeito, os órgãos fracionários desta Suprema Corte consignaram, à ocasião, que o crime de organização criminosa tem definição autônoma e limites próprios, não sendo intercambiável com o delito quadrilha (atual associação criminosa): [...]

Eis a ementa:

HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO ESPECIAL DE REGIME PREVISTA NO ART. 112, §3º, DA LEP. MÃE DE CRIANÇA MENOR DE 12 ANOS. CONDENADA POR CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR À APENADA RESTRIÇÃO LEGAL Oponível UNICAMENTE A AGENTE QUE INTEGROU ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PROSCRIÇÃO À ANALOGIA IN MALAM PARTEM. PRINCÍPIO DO FAVOR REI. APENADA CONDENADA A CRIME EQUIPARADO A HEDIONDO. AUSÊNCIA DE ÓBICE À INCIDÊNCIA DA PROGRESSÃO MAIS BENÉFICA. ORDEM CONCEDIDA PARA DETERMINAR QUE O JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL ABSTENHA-SE DE CONSIDERAR ANTERIOR CONDENÇÃO PELO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO COMO ÓBICE À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PREVISTO NO ART. 112, § 3º, DA LEP.

1. A Constituição da República (art. 5º, XXXIX) assegura que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”, postulado que exige a subsunção estrita das condutas e das sanções criminais à moldura normativa.

2. Como se nota da leitura do art. 112, § 3º, V, da LEP, a lei somente veda a concessão de progressão especial à apenada que tenha integrado organização criminosa, não abrangendo a associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006).

3. Como, *in casu*, está a se avaliar circunstância que impede a aplicação de patamar mais benéfico para a progressão de regime é vedada à analogia *in malam partem*, incidindo o princípio da legalidade estrita.

4. Não há, pela redação do art. 112, § 3º, da LEP restrição à progressão especial a quem cumpra pena por crime equiparado a hediondo, **portanto o fato de a paciente cumprir pena por crime equiparado a hediondo (tráfico de drogas) não é entrave ao reconhecimento da progressão especial**, a qual deve incidir sobre o totum da reprimenda que lhe foi imposta **(tanto ao crime de associação para o tráfico como ao próprio tráfico de drogas)**.

5. Ordem de *habeas corpus* concedida a fim de determinar que o Juízo a quo realize nova análise de progressão da pena total da paciente (tanto ao crime de tráfico como ao de associação para o tráfico), abstendo-se de considerar o crime de

associação para o tráfico como óbice à progressão especial de regime prevista no art. 112, § 3º, da LEP.

(HC n. 183.610/SP, Ministro Edson Fachin, Segunda Turma, DJe de 19/11/2021 - grifo nosso).

No mesmo sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PROGRESSÃO DE REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA. ART. 112, § 3º, INC. V, DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. **PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. PROIBIÇÃO DE ANALOGIA IN MALAM PARTEM.**

1. A jurisprudência da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal firmou-se no sentido de que **o art. 112, § 3º, inc. V, da Lei de Execução Penal abrange apenas o tipo penal do art. 2º da Lei nº 12.850, de 2013, não cabendo ampliar o alcance da norma, sob uso de analogia in malam partem, para fazer alcançar os crimes de associação criminosa (art. 288 do Código Penal) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei nº 11.343, de 2006), sob pena de violação ao princípio da legalidade**. Precedentes.

2. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

(AgRg no HC n. 210.667/SP, Ministro André Mendonça, Segunda Turma, DJe 10/1/2023 - grifo nosso).

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. DECISÃO AGRAVADA EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA SEGUNDA TURMA QUE ORIENTA A MATÉRIA SOB EXAME. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO ESPECIAL DE REGIME PREVISTA NO ART. 112, §3º, DA LEP. MÃE DE CRIANÇA MENOR DE 12 ANOS. **CONDENADA POR CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE ESTRITA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAR À APENADA RESTRIÇÃO LEGAL Oponível UNICAMENTE A AGENTE QUE INTEGROU ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PROSCRIÇÃO À ANALOGIA IN MALAM PARTEM.** AGRAVO DESPROVIDO.

I - A lei somente veda a concessão de progressão especial à condenada que tenha integrado organização criminosa, não abrangendo a apenada que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006).

II - Agravo a que se nega provimento.

(AgRg no HC n. 216.310/SP, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe de 25/8/2022 - grifo nosso).

Cito, ainda, as seguintes decisões monocráticas: HC n. 216.310/SP, Ministro Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, DJe 6/7/2022; HC n. 235.906/SP, Ministro Dias Toffoli, DJe 7/12/2023; HC n. 249.232/SP, Ministro Dias Toffoli, Segunda Turma, DJe de 29/11/2024; e o HC n. 245.924 MC/SP, Ministro Nunes Marques, Segunda Turma, DJe 7/1/2025.

Não obstante isso, a Primeira Turma tem se manifestado em sentido contrário, destacando que o princípio da legalidade estrita e da vedação da analogia *in malam partem* inerentes ao Direito Penal não tornam o julgador um mero reproduzidor da literalidade do texto da lei penal (fl. 7 do voto proferido no AgRg no HC n. 262.188/SP, Ministra Cármen Lúcia, Primeira Turma, DJe de 29/10/2025 – grifo nosso):

[...] Para Nelson Hungria, a norma penal, como toda norma jurídica, “(...) não pode prescindir do processo exegético, tendente a explicar-lhe o verdadeiro

sentido, o justo pensamento, a real vontade, a exata razão finalística, quase nunca devidamente expressos com todas as letras” (HUNGRIA, Nelson. Comentários ao Código Penal: Volume I: Tomo I. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1977, p. 70).

8. Ao vedar a progressão de regime especial do § 3º do art. 112 da Lei n. 7.210/1984 às mulheres integrantes de organização criminosa, **a intenção da norma é afastar o benefício das rés que integraram grupos criminosos minimamente organizados, dotados de estabilidade e permanência e voltados à prática de infrações penais para garantir a segurança e o melhor interesse da criança menor, que ficaria sujeita à atuação criminosa de quem deveria se responsabilizar por sua integridade física, psíquica e social.**

Confira-se a ementa (grifo nosso):

AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO ESPECIAL DE REGIME PARA MULHER MÃE DE CRIANÇA. **CONDENAÇÃO POR TRÁFICO DE ENTORPECENTE E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. REQUISITO DO INC. V DO § 3º DO ART. 112 DA LEI N. 7.210/1984: NÃO ATENDIMENTO.** AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

Todavia, ainda que haja dissenso entre as Turmas do Supremo Tribunal Federal, a presente questão jurídica, que também está controvertida entres os órgãos julgadores da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, deve ser agora uniformizada com o julgamento do presente recurso especial repetitivo, de modo a garantir a segurança jurídica na aplicação do dispositivo de lei federal em análise.

Na doutrina, Renato Brasileiro de Lima leciona que:

O argumento de que o termo "organização criminosa" não se refere ao crime previsto na Lei n. 12.850/2013, tratando-se, na verdade, de uma expressão genérica, a qual abrange todas as espécies de sociedades criminosas, não se coaduna com a correta exegese da norma.

Com efeito, **a referida regra tem conteúdo material (norma híbrida), porquanto trata de progressão de regime prisional, relacionado com o jus libertatis, o que impõe ao intérprete, a submissão a todo o conjunto de princípios inerentes às normas penais. Ora, quando o legislador teve o intuito de referir-se a hipóteses de sociedades criminosas, o fez expressamente, conforme previsão contida, por exemplo, no art. 52, § 1º, inciso I, § 3º, § 4º, inciso II, e 5º, da Lei n. 7.210/84, que distinguem organização de associação criminosa e milícia privada.**

(Pacote Anticrime: Comentários à Lei n. 13.964/19 - Artigo por Artigo; 2ª ed. rev. atual. e ampl. - Salvador: Editora Juspodivm, 2021; pgs. 415/416 - grifo nosso).

Por sua vez, Diego de Azevedo Simão consigna, a respeito do requisito do art. 112, § 3º, V, da LEP (não ter a mulher integrado organização criminosa), que a exigência *deve ser interpretada de forma restritiva, de modo que apenas em caso de condenação pelo crime de organização criminosa previsto na Lei n. 12.850/2013 estará vedada a progressão* (Lei de Execução Penal comentada e anotada. 2ª ed - Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2023, pg. 374 – grifo nosso).

Dessa forma, em observância aos princípios da legalidade e da taxatividade estrita – que vedam a analogia *in malam partem* e a interpretação extensiva em prejuízo do réu –, concluo que o art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984 **limita-se às reeducandas condenadas por integrar organização criminosa (Art. 1º, § 1º, da Lei n. 12.850/2013)**.

Tal vedação impede o alcance dos crimes de associação criminosa ou associação para o tráfico. Ainda que se invoque a *mens legis* ou os debates parlamentares, a redação sancionada é específica. O que o legislador eventualmente almejou, mas não positivou, não pode **subsistir** em face da sistemática constitucional, sob pena de indevido alargamento da norma penal incriminadora.

Por conseguinte, proponho a seguinte tese:

Em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas aquela que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006)

Caso dos autos:

A reeducanda cumpre pena privativa de liberdade total de 14 (quatorze) anos, atualmente em regime fechado, pela prática dos delitos previstos nos artigos 33, “caput” (por duas vezes) e 35, “caput”, ambos da Lei n. 11.343/06 (fl. 47).

Consta que é genitora de 3 (três) crianças de idade inferior a 12 (doze) anos (sequencial 135.2 do SEEU). Por essa razão, [...] pleiteou a retificação do seu atestado de pena para constar a exigência de cumprimento de apenas 1/8 (um oitavo) da pena como requisito objetivo para a progressão de regime. Em ato contínuo, requereu fosse concedida a progressão de regime (fl. 48)

*O Juízo da execução de Pará de Minas/MG (meio fechado e semiaberto) indeferiu a pretensão defensiva afirmando que a sentenciada não preenche cumulativamente todos os requisitos legais, uma vez que **a condenação imposta na guia de execução [...] decorreu do crime tipificado no artigo 35, caput, da Lei n. 11.343, de 2006, o que indica que a sentenciada integra organização criminosa, visto que se encontra associada de forma estável para a prática do delito de tráfico de drogas, sendo, portanto, referido delito impeditivo da concessão do benefício** (fl. 12 – grifo nosso).*

O Tribunal de Justiça mineiro negou provimento ao agravo em execução destacando que, *embora a reeducanda seja mãe de 3 (três) crianças menores de 12 (doze) anos, a prática, dentre outros delitos, do crime de associação para o tráfico, constitui causa impeditiva à retificação que pretende no atestado de pena e, consequentemente, ao deferimento do pedido de progressão de regime* (fl. 50 – grifo nosso).

Ao que se observa, as instâncias ordinárias obstaram a progressão de regime com fundamento no fato de a condenação pelo crime de associação para o tráfico estar inserida no contexto de organização criminosa do art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

Por conseguinte, considerando o entendimento definido no presente julgamento, em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do *favor rei*, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo, de sorte que organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas aquela que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei n. 11.343/2006).

Ante o exposto, **dou provimento** ao recurso especial para determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2025/0095994-9

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.204.349 / MG
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 10000242019883002 20198919620248130000

PAUTA: 07/05/2026

JULGADO: 07/05/2026

RelatorExmo. Sr. Ministro **SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVOGADA : KELMA APARECIDA FARIA - MG196727
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
"AMICUS CURIAE"

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal e de Medidas Alternativas - Pena Privativa de Liberdade

SUSTENTAÇÃO ORAL

O Dr. André Estevão Ubaldino Pereira (Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais) sustentou oralmente pela parte RECORRIDA: Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge (Subprocuradora-Geral da República) sustentou oralmente como "custos iuris".

O Dr. Robson de Souza (Subdefensor Público-Geral Federal) sustentou oralmente pela parte INTERESSADA: Defensoria Pública da União.

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

C5426155382318285@

2025/0095994-9 - REsp 2204349

Após o voto do Sr. Ministro Relator, dando provimento ao recurso especial para

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2025/0095994-9

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.204.349 / MG
MATÉRIA CRIMINAL

determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984, e propondo a seguinte tese quanto ao Tema Repetitivo n. 1374: "Em atenção aos princípios da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas aquela que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006)", pediu vista antecipada a Sra. Ministra Maria Marluce Caldas.

Aguardam os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto, Carlos Pires Brandão e Og Fernandes.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

C542615155138123182845@ 2025/0095994-9 - REsp 2204349



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 2204349 - MG (2025/0095994-9)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
RECORRENTE : MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVOGADA : KELMA APARECIDA FARIA - MG196727
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS
INTERES. : DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL
NOS TRIBUNAIS SUPERIORES - "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL -
"AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL - "AMICUS CURIAE"

VOTO-VISTA

Eminentes colegas,

Estou acompanhando integralmente o Relator Ministro Sebastião Reis Júnior quanto à tese elaborada e ao provimento do recurso especial.

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2025/0095994-9

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.204.349 / MG
MATÉRIA CRIMINAL

Números Origem: 10000242019883002 20198919620248130000

PAUTA: 07/05/2026

JULGADO: 12/08/2026

RelatorExmo. Sr. Ministro **SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK

Subprocuradora-Geral da República

Exma. Sra. Dra. RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Secretário

Bel. GILBERTO FERREIRA COSTA

AUTUAÇÃO

RECORRENTE : MARIA APARECIDA DOS REIS
ADVOGADA : KELMA APARECIDA FARIA - MG196727
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO - "AMICUS CURIAE"
INTERES. : GRUPO DE ATUAÇÃO ESTRATÉGICA DAS DEFENSORIAS
PÚBLICAS ESTADUAIS E DISTRITAL NOS TRIBUNAIS SUPERIORES
- "AMICUS CURIAE"
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : ASSOCIACAO NACIONAL DA ADVOCACIA CRIMINAL - "AMICUS
CURIAE"
ADVOGADOS : JAMES WALKER NEVES CORRÊA JÚNIOR - RJ079016
MARCIO GUEDES BERTI - PR037270
VICTOR MINERVINO QUINTIERE - DF043144
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL -
"AMICUS CURIAE"

ASSUNTO: DIREITO PROCESSUAL PENAL - Execução Penal e de Medidas Alternativas - Pena Privativa de Liberdade

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia TERCEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

Retomado o julgamento, após o voto-vista antecipado da Sra. Ministra Maria Marluce Caldas, acompanhando o voto do Sr. Ministro Relator, dando provimento ao recurso especial, e os votos dos Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Messod Azulay Neto, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas Custódio (Desembargadora Convocada do TJDF) (declarou-se apta a votar) e Og Fernandes, no mesmo sentido, a TERCEIRA SEÇÃO, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial para determinar ao Juízo das Execuções Penais que retifique o cálculo de penas da recorrente, abstendo-se de considerar a condenação pelo crime de associação para o tráfico de drogas para fins de análise do requisito contido no art. 112, § 3º, V, da Lei n. 7.210/1984, e fixou a seguinte tese quanto ao Tema Repetitivo n. 1.374: "Em atenção aos

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
TERCEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2025/0095994-9

PROCESSO ELETRÔNICO REsp 2.204.349 / MG
MATÉRIA CRIMINAL

princípios da legalidade, da taxatividade e do favor rei, a interpretação do art. 112, § 3º, V, da LEP deve se dar de modo restritivo. Portanto, organização criminosa é somente a hipótese de condenação nos termos da Lei 12.850/2013, não abrangendo apenas aquela que tenha participado de associação criminosa (art. 288 do CP) ou associação para o tráfico (art. 35 da Lei 11.343/2006)", nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Maria Marluce Caldas, Carlos Pires Brandão, Nilsoni de Freitas (Desembargadora Convocada do TJDFT) e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Messod Azulay Neto.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Joel Ilan Paciornik.

C542615155138123182845@ 2025/0095994-9 - REsp 2204349